

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 00/2026

ÓRGÃO GRENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público, estabelecida à Rua Afonso Pena, nº 1902, Bairro Anchieta, Pato Branco/PR; inscrita no CNPJ Sob nº 00.136.858/0001-88, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Vilmar Schmoller.

PRESTADOR REGISTRADO: AIR LIQUIDE BRASIL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrito sob CNPJ nº 00.331.788/0033-04, estabelecido a Rua José Rodrigues Pinheiro, nº 3033, Bairro Cidade Industrial, na cidade de Curitiba/PR, neste ato representado por seu procurador, a Sra. Adriana Ferreira Rosa Da S Desengrini, RG nº *.824.***-** e CPF nº ***.548.***-**.

Pelo presente instrumento, oriundo do processo de licitação nº 099/2026, Dispensa de Licitação nº 009/2026, homologado em 00/00/2026, RP nº 00/2026, mediante sujeição as normas constantes na Lei nº 14.133/2021, Resoluções CONIMS nº 58/2023, nº 60/2023, nº 07/2025 e nº 012/2025, Ato de Consorcio nº 058/2025, suas alterações e demais normas e legislações aplicáveis e ainda, pelas condições e exigências constantes no termo de referência e seus anexos, ÓRGÃO GRENCIADOR e PRESTADOR REGISTRADO neste ato representadas por seus representantes legais, ao final subscritos, tem entre si, justo e avençado, assinam o presente instrumento, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. Formação de Registro de Preços, em caráter emergencial, para a locação de equipamentos concentradores de oxigênio, em conformidade com as condições e especificações estabelecidas no Termo de Referência e na respectiva Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEGUNDA - QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES

ITEM	CÓDIGO CONIMS	DESCRIPTIVO	APRES	QUANT	VALOR UNIT
------	------------------	-------------	-------	-------	---------------

1	7202159186	<p>LOCAÇÃO de Concentrador de Oxigênio fluxo mínimo de gás: vazão de 0,5 a 5 litros por minuto. O mínimo de Oxigênio que o concentrador poderá dar de vazão será de 87%. O equipamento deve estar em conformidade as Normas Internacionais de Organização Mundial de Saúde (OMS), com capacidade de concentrar o oxigênio através do ar ambiente. Alimentação elétrica para redes de 110v ou 220v. Deve fornecer umidificador, mangueira, máscara, sonda e cânula nasal de silicone, adaptador de traqueostomia para uso em pacientes traqueostomizados, filtros de barreira e de remoção de poeiras e outras partículas. Sistema de alarmes para indicação de defeitos e intercorrências, como queda de pressão, falha de energia elétrica, baixa pureza do O₂, concentração de O₂ fora dos parâmetros. Ruídos máximos permitidos são de aproximadamente 48 decibéis. Consumo de energia não deve ser superior a 380 watts. Peso aproximado a 25 Kg. Fácil movimentação com montagem do aparelho através de rodízios. Kit Backup (entregue junto ao concentrador): cilindro de oxigênio gasoso, composto por um cilindro de 4 a 8m³, com válvula reguladora, fluxômetro e suporte ou base fixa para o cilindro, para uso em caso de defeitos no concentrador. Deve fornecer umidificador, mangueira, máscara, sonda e cânula nasal de silicone, adaptador de traque</p>	UND	1.248	R\$300,00
VALOR TOTAL DO PROCESSO R\$374.400,00					

CLÁUSULA TERCEIRA – FORMA DE SOLICITAÇÃO DO ITEM

3.1. Os municípios consorciados atuarão como interessados neste registro de preços, sendo que a distribuição da quantidade do equipamento, para a execução descentralizada, será feita pelo CONIMS conforme a demanda.

3.2. A solicitação dos equipamentos ao prestador registrado será formalizada por esta entidade mediante envio de e-mail pelo Setor de Manutenção e Patrimônio, sendo considerada válida apenas quando encaminhada por responsável devidamente autorizado do referido setor, condição para sua aceitação pelo prestador.

3.3. A execução do objeto da presente dispensa de licitação, consistente na locação de concentradores de oxigênio, ocorrerá de forma parcelada, conforme a demanda do órgão gerenciador e dos municípios consorciados.

3.4. As solicitações dos equipamentos pelo órgão gerenciador e pelos municípios consorciados não estarão sujeitas a quantitativo mínimo.

CLÁUSULA QUARTA - DOS LOCAIS PARA A INSTALAÇÃO E EXECUÇÃO

4.1. Os locais (municípios) para a entrega do objeto serão:

PARANÁ	SANTA CATARINA
BOM SUCESSO DO SUL/PR	ABELARDO LUZ/SC
CHOPINZINHO/PR	CAIBI/SC
CLEVELÂNDIA/PR	CAMPO ERÊ/SC
CORONEL DOMINGOS SOARES/PR	CORONEL MARTINS/SC
CORONEL VIVIDA/PR	FORMOSA DO SUL/SC

HONÓRIO SERPA/PR	GALVÃO/SC
ITAPEJARA D' OESTE/PR	IRATI/SC
MANGUEIRINHA/PR	JUPIÁ/SC
MARIÓPOLIS/PR	NOVO HORIZONTE/SC
PALMAS/PR	OURO VERDE/SC
PATO BRANCO/PR	PALMA SOLA/SC
SÃO JOÃO/PR	SANTIAGO DO SUL/SC
SAUDADE DO IGUAÇU/PR	SÃO BERNARDINO/SC
SULINA/PR	SÃO LOURENÇO DO OESTE/SC
VITORINO/PR	IPUAÇU/SC
	ÁGUAS FRIAS
	ARVOREDO
	UNIÃO DO OESTE

4.2. No decorrer da vigência contratual outros municípios consorciados ao CONIMS poderão aderir ao processo, aos quais o (s) prestador (es) registrado (s), deverão efetuar as entregas do item nas mesmas condições ora assumidas quando da assinatura da Ata de Registro de Preços.

4.3. Não será permitida a troca de CNPJ registrado da ata de registro de preço.

4.4. PRAZOS PARA ENTREGA:

4.4.1. O prestador registrado deverá disponibilizar o equipamento em até 3 (três) dias úteis após o recebimento do e-mail enviado pelo Setor de Manutenção e Patrimônio do CONIMS, quando se tratar de nova instalação do equipamento.

4.4.2. Nos casos em que o paciente já estiver em uso do equipamento fornecido pelo prestador, as solicitações subsequentes (como manutenção, troca ou adequação) deverão ser atendidas conforme a necessidade e urgência do caso, sem prejuízo da continuidade do atendimento ao paciente.

4.5. CONDIÇÕES PARA ENTREGA DOS CONCENTRADORES DE OXIGÊNIO

4.5.1. A disponibilização do equipamento será realizada pelo prestador, que deverá designar responsável técnico para proceder à instalação e prestar as orientações necessárias ao paciente quanto ao seu uso adequado. O prestador deverá, ainda, disponibilizar canal de atendimento telefônico gratuito (0800) para suporte, esclarecimento de dúvidas e atendimento de situações de urgência.

4.5.2. A entrega do equipamento poderá ser realizada em qualquer outro endereço (nos limites do município), de acordo com a necessidade da secretaria de saúde do município solicitante.

4.5.3. Os equipamentos dispostos pelo prestador registrado para locação, deverão ser novos ou estarem em perfeito estado de conservação, atendendo as finalidades a que se destinam sem causar nenhum prejuízo aos pacientes.

4.5.4. Cabe ainda, ao prestador registrado para locação de concentradores de oxigênio, realizar a manutenção corretiva dos equipamentos, substituindo, às suas expensas, aqueles que apresentarem defeitos durante o uso pelos pacientes. A troca dos acessórios que acompanham o aparelho concentrador de oxigênio, quando necessário, também são de responsabilidade do prestador registrado.

4.5.5. Os equipamentos locados deverão atender integralmente às especificações técnicas exigidas, apresentando qualidade e desempenho compatíveis com a finalidade a que se destinam, em conformidade com as normas e regulamentos dos órgãos competentes.

4.5.6. Constatada qualquer irregularidade quanto ao equipamento e seu funcionamento, ou qualquer descumprimento das obrigações assumidas pelo prestador registrado, poderá o CONIMS instaurar processo administrativo para apuração de responsabilidade com aplicação de sanções legalmente cabíveis.

4.5.7. Todos os custos decorrentes da execução do objeto, incluindo transporte, deslocamento, entrega, retirada, instalação, substituição e eventual assistência técnica dos equipamentos, bem como quaisquer outros encargos necessários ao pleno atendimento do objeto registrado, deverão estar integralmente contemplados no valor da locação, não sendo admitida a cobrança de quaisquer valores adicionais a esse título, sob qualquer justificativa.

CLÁUSULA QUINTA - CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO REGISTRADO

5.1. As solicitações dos equipamentos serão formalizadas por e-mail e deverão ser entregues diretamente ao paciente no município indicado na solicitação, a qual conterá todas as informações necessárias à execução do serviço. Após a entrega, o prestador deverá encaminhar ao Setor de Manutenção e Patrimônio o comprovante de entrega devidamente assinado pelo paciente e/ou fiscal do município, atestando o recebimento. Ao final de cada mês, o prestador deverá encaminhar a nota fiscal, na qual deverão constar, obrigatoriamente, o número da respectiva solicitação, a quantidade fornecida, bem como os valores unitário e total.

5.2. O equipamento será recebido provisoriamente no ato da entrega, sendo o recebimento definitivo realizado pelo setor responsável, após verificação de sua conformidade com as exigências do Termo de Referência e da presente Ata de Registro de Preços, no prazo de até 03 (três) dias úteis contados do recebimento.

5.3. Os equipamentos que apresentarem desconformidades, vícios ou irregularidades deverão ser substituídos pelo prestador no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sem ônus para a Administração.

5.4. Em caso de avaria, defeito ou mau funcionamento do equipamento, o prestador deverá

realizar a substituição por outro em perfeitas condições de uso no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sem qualquer custo adicional ao Consórcio ou aos Municípios Consorciados.

5.5. recebimento definitivo não exime o prestador das responsabilidades assumidas, especialmente quanto à garantia de qualidade, conformidade e adequada execução do objeto registrado.

5.6. Em caso de troca ou devolução do equipamento por desconformidade com as especificações estabelecidas, todas as despesas decorrentes, inclusive frete e substituição, serão de responsabilidade exclusiva do prestador.

5.7. Verificada, a qualquer tempo, divergência entre as especificações contratadas e o fornecimento executado, serão aplicadas ao fornecedor registrado as sanções previstas na Ata de Registro de Preços e na legislação vigente.

5.8. O recebimento provisório ou definitivo não exime o prestador da responsabilidade civil, nem da responsabilidade técnico-profissional pela solidez, segurança e adequada execução do objeto.

CLÁUSULA SEXTA - GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO PRESTADOR

6.1. A ata de registro deve ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. A execução da ata deve ser acompanhada e fiscalizada pelo (s) fiscal (is) de ata, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.3. O fiscal da ata acompanhará a execução da ata, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas na ata, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.4. O fiscal da Ata anotará no histórico de gerenciamento da Ata todas as ocorrências relacionadas à execução, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.5. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal da ata poderá solicitar ao setor competente para emitir notificações para a correção da execução da ata, determinando prazo para a correção.

6.6. O gestor da Ata acompanhará os registros realizados pelos fiscais da ata, de todas as ocorrências relacionadas à execução da ata e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.7. A fiscalização da execução do objeto será realizada pelo Gestor e Fiscal da Ata.

6.8. Fica designando como fiscal da Ata o Sr. JEAN ARRUDA, portador do CPF nº ***.631.***-**,

6.9. Fica designado como gestor da Ata a Sr^a. ELAINE RAQUEL MANCINI, portadora do CPF nº

CLÁUSULA SÉTIMA - PRAZO DE VIGÊNCIA

7.1. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 08 (oito) meses, contados a partir de 01/05/2026, ou até a homologação de novo processo licitatório com o mesmo objeto, caso está ocorra antes do término desse período, prevalecendo, nessa hipótese, o novo certame.

CLÁUSULA OITAVA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas geradas em função do objeto ocorrerão por conta da dotação orçamentária: 02.001.10.302.0002.2002.3.3.90.39.00.00.00.00 fonte 076

CLÁUSULA NONA – EMISSÃO DA NOTA FISCAL

9.1. O prestador registrado deverá emitir Nota Fiscal Eletrônica de Serviço, ao CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CNPJ: 00.136.858/0001-88 – Rua Afonso Pena, n.º 1902, Bairro Anchieta, Pato Branco/PR. CEP: 85.501-530 – Inscrição Estadual: Isenta – Inscrição Municipal: 247858.

9.2. A Nota Fiscal deverá detalhar o item conforme a ata, especificando a quantidade, objeto, informando o número do processo ou ata.

9.3. O cálculo dos impostos e tributos é de responsabilidade do emitente. Sendo obrigatória a retenção do IRRF na forma da IN RFB 1234/2012 – Anexo I.

9.4. A Nota Fiscal deve ser encaminhada ao e-mail: contabilidade@conims.pr.gov.br no ato de sua emissão.

9.5. Havendo erros na emissão da Nota Fiscal a mesma deverá ser substituída ou anulada, e/ou constatação de erros no fornecimento, circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, o prazo de pagamento ficará suspenso até que o prestador registrado providencie as medidas saneadoras.

CLÁUSULA DÉCIMA – VENCIMENTO E PAGAMENTO

10.1. O pagamento será realizado mensalmente, em moeda corrente nacional, mediante apresentação de Nota Fiscal única, correspondente ao somatório dos serviços efetivamente executados no período mensal. Sendo efetuado através de crédito em conta corrente, DOC ou TED, em conta bancária de titularidade da pessoa jurídica no mesmo CNPJ registrado, até o dia 30 (trinta) do mês posterior ao serviço prestado, desde que a Nota Fiscal tenha sido devidamente apresentada e atestada pelo setor responsável.

10.2. No decorrer do processo, caso seja necessária alteração de banco, agência e/ou conta corrente deverá ser solicitado através de Ofício ao Setor de Tesouraria deste CONIMS.

10.3. O pagamento não será realizado através de boleto bancário;

10.4. O pagamento se dará até o vencimento.

10.5. Não poderá ser cobrado qualquer tipo de despesa senão única e exclusivamente o valor do objeto registrado.

10.6. Não será efetuado pagamento caso verificado erro na Nota Fiscal até a efetiva regularização;

10.7. O cálculo dos encargos da nota fiscal será de responsabilidade do prestador registrado;

10.8. Quando inadimplente, o pagamento será monetariamente atualizado, a partir do dia de seu vencimento e até o de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para a atualização de obrigações tributárias da entidade, de acordo com o IPCA acumulado no período, e juros moratórios, à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados "pro rata tempore" em relação ao atraso verificado vigente na data de seu pagamento. Mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX / 100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = N. de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

10.9. Em caso de Processo Administrativo, o CONIMS poderá deduzir o valor de multas impostas do saldo a pagar.

10.10. O prestador registrado deverá manter a regularidade fiscal, por meio das Certidões: de Regularidade do FGTS - CRF, de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União e Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, e caso constatado a ausência de emissão de alguma destas, a mesma será notificada para regularização, caso não seja solucionado, serão adotadas as medidas cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- REAJUSTE DE PREÇO

11.1. Os valores registrados não serão reajustados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

12.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados nas seguintes situações:

12.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto da Lei nº 14.133, de 2021;

12.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou

superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre o valor registrado;

12.1.3. A solicitação de reequilíbrio econômico deverá ser devidamente comprovada, mantidos os valores dos meses anteriores;

12.1.4. O pedido de reequilíbrio não tem efeito suspensivo;

12.1.5. O pedido será analisado pelo setor competente do CONIMS no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos e, em havendo necessidade de juntada de novos documentos ou a correção/esclarecimento dos apresentados, o agente os requisitará, indicando prazo para o seu atendimento;

12.1.6. No caso de necessidade de juntada de novos documentos, diligências ou outras providências por parte do Interessado, o prazo para análise fica suspenso.

12.1.6.1. Regularizada a instrução e sendo deferido o reequilíbrio, este produzirá efeitos retroativos à data da solicitação, cujo acréscimo será pago na fatura pendente ou, em não havendo, em pagamento complementar.

12.1.6.2. Não regularizada a instrução na oportunidade a que se refere o item anterior, sendo necessárias complementações ou mais esclarecimentos, o pedido de reequilíbrio, se deferido, terá efeitos retroativos a contar da última manifestação do Prestador;

12.1.7. O pedido de reequilíbrio econômico financeiro deverá ser enviado ao e-mail licitacao@conims.pr.gov.br e instruído com os seguintes documentos:

12.1.7.1. Requerimento assinado pelo representante legal da empresa.

12.1.7.2. Cópia de documentos que comprovem o alegado.

12.1.7.3. Demonstrativo abaixo preenchido:

Processo nº 099/2026 Dispensa de Licitação nº 009/2026	
Nº do Item:	
Descrição do Item:	
Marca:	
Dados que serviram de base para oferta de preços na dispensa de licitação	Dados para comprovar o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro
Preço registrado na dispensa de licitação	Novo preço proposto
Preço de compra antes da dispensa licitação	Preço de compra atual
Data da compra	Data da compra
Nº da Nota fiscal	Nº da Nota fiscal
% da margem sobre o preço de compra*	% da margem sobre o preço de compra*

** Referente a porcentagem da margem sobre o preço de compra poderá ser solicitado que seja detalhada, por exemplo: Frete, Imposto, Custos indiretos e Diretos entre outros.*

12.2. O CONIMS, poderá a qualquer tempo, mediante prévia notificação ao prestador, reduzir o preço registrado, de conformidade com os parâmetros de pesquisa de mercado.

12.3. Antes de deferir o pedido de reequilíbrio, poderá o CONIMS consultar o preço praticado pelos prestadores incluídos no cadastro de reserva, observada a ordem de classificação, para formalizar o registro de preço com a empresa que apresentar o menor preço, liberando a requerente do compromisso de executar os serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR – CONIMS

13.1. Efetuar o pagamento ao prestador registrado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos na Ata de Registro de Preços e no Termo de Referência.

13.2. Comunicar ao prestador registrado qualquer irregularidade constatada na execução da ata, exigindo que a mesma tome as providências necessárias para sanar os problemas.

13.3. Acompanhar e fiscalizar a execução da ata e o cumprimento das obrigações pelo prestador registrado.

13.4. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo prestador registrado, de acordo com a ata de registro de seus anexos.

13.5. Prestar ao prestador registrado todas as informações e os esclarecimentos os necessários ao cumprimento das obrigações assumidas.

13.6. Proporcionar todas as facilidades para que o prestador registrado possa cumprir com suas obrigações dentro dos prazos, normas e condições preestabelecidas na proposta;

13.7. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo prestador registrado com terceiros, ainda que vinculados à execução da ata de registro de preços, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do prestador registrado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADE DO PRESTADOR REGISTRADO

14.1. O prestador registrado deverá cumprir todas as obrigações constantes nesta Ata de Registro de Preços e termo de referência, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto

14.2. Executar diretamente a ata de registro de preços na forma ajustada, não transferindo a terceiros, por qualquer forma, mesmo parcialmente, as obrigações assumidas.

14.3. Responsabilizar-se pela execução dos serviços dentro dos padrões de qualidade exigidas, inclusive pelas obrigações decorrentes da inobservância da legislação em vigor.

14.4. Executar os serviços registrados obedecendo as normas e regulamentações legalmente vigentes.

14.5. Executar os serviços registrados, obedecendo rigorosamente o descrito na proposta e em perfeita conformidade com as condições estabelecidas pelo Termo de Referência aos quais vincula-se a ata.

14.6. Cumprir com o estabelecido, mantendo o CONIMS informado, de acordo com as conveniências deste, de todos os pormenores.

14.7. O prestador registrado deverá manter a regularidade fiscal, por meio das Certidões: de Regularidade do FGTS - CRF, de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União e Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, bem como, todas as condições de habilitação especificadas no termo de referência e caso constatado a ausência de emissão de alguma destas, o prestador registrado será notificado para regularização, caso não seja solucionado, as solicitações poderão ser interrompidas, ressalvado o direito de recebimento dos itens já solicitados.

14.8. Assumir a responsabilidade pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e demais despesas direta ou indiretamente resultantes desta dispensa de licitação.

14.9. Providenciar a imediata correção das divergências apontadas pelo CONIMS quanto a execução dos serviços ora registrados.

14.10. Comunicar imediatamente ao CONIMS toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução da ata.

14.11. O prestador registrado é responsável por danos causados ao CONIMS, ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução da ata, não excluía ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão ou responsável do CONIMS.

14.12. Levar imediatamente, ao conhecimento do Fiscal da ata de registro de preços, qualquer fato anormal ou extraordinário que ocorrer na execução do objeto, para adoção das medidas cabíveis.

14.13. Cumprir todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais e pertinentes e responsabilizar-se por todos os prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa.

14.14. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONIMS.

14.15. Comunicar ao CONIMS as alterações que forem efetuadas em seu Contrato Social e demais alterações que por ventura vierem a acontecer enquanto da vigência da Ata.

14.16. O prestador registrado responsabilizar-se-á pelo pagamento de qualquer imposto, taxa ou demais despesas decorrentes da execução do objeto desta dispensa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

15.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão da contratação direta ou da ata de registro que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no

procedimento de registro de preço, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

15.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

15.3. É dever do prestador registrado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o prestador registrado, que mediante culpa ou dolo:

- a)** Der causa à inexecução parcial da ata de registro de preços, assim entendida o não atendimento da quantidade total solicitada, o atraso na entrega, a entrega de item diverso do registrado ou outra irregularidade que não gere a inexecução total, mas viole obrigações contratuais em caráter parcial;
- b)** Der causa à inexecução total da ata de registro de preços, assim entendida o não atendimento do objeto da Ata em sua integralidade, em casos em que a solicitação de execução dos serviços conter a sua totalidade;
- c)** Ensejar o retardamento da execução do objeto do registro de preços sem motivo justificado;
- d)** Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução da ata de registro de preços;
- e)** Praticar ato fraudulento na execução da ata de registro de preços;
- f)** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- g)** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

16.2. Serão aplicadas ao prestador registrado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) Advertência**, quando o prestador registrado der causa à inexecução parcial ata de registro de preços, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- b) Impedimento de licitar e contratar** "b" e "c" do subitem acima desta ata, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "d", "e", "f" e "g" do subitem acima desta ata, bem como nas alíneas "b" e "c", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

d) Multa, podem ser cumulativas ou não:

(1) Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, respeitado o mínimo de R\$ 50,00 (cinquenta reais) diários até o limite

de 30 (trinta) dias;

a. O atraso superior a 31 dias autoriza a Administração a promover a extinção da ata de registro de preços por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, sem prejuízo da multa.

(2) Compensatória de 1% (um por cento) sobre o valor total da execução dos serviços ou do item pertinente, nos casos de inexecução parcial, não previstos no item anterior ou de qualquer outra irregularidade do objeto, para casos diversos, em valor não inferior a R\$ 1.500,00 e, se em valor excessivo, passível de redução a critério do julgador;

16.3. A aplicação das sanções previstas nesta ata de registro de preços não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao órgão gerenciador.

16.4. Todas as sanções previstas nesta ata poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

16.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

16.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONIMS ao prestador registrado, além da perda desse valor, terá a diferença descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, se inerte o prestador no seu recolhimento administrativo, no prazo máximo de 30 (trinta) a contar da data do recebimento da comunicação enviada pelo CONIMS.

16.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao prestador registrado, observando-se o procedimento previsto na Resolução CONIMS nº 233/2023 ou outra que vier a substituí-la.

16.8. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto e os antecedentes;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para o Órgão Gerenciador;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

16.9. A personalidade jurídica do prestador registrado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta ata de registro de preço ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Órgão gerenciador, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

16.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma da Resolução CONIMS nº 233/2023 ou outra que vier a substituí-la.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – CANCELAMENTO/EXTINÇÃO DA ATA

17.1. A Ata de Registro de Preços se extingue quando vencido o prazo estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

17.2. Cancelamento do registro do prestador

17.2.1. O registro do prestador será cancelado pelo CONIMS, observado o devido processo legal, quando o prestador.

I - Descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;

II - Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido, sem justificativa razoável;

III - Não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de o mesmo tornar-se superior aos praticados no mercado;

IV - Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

17.2.2. Na hipótese prevista no inciso IV do caput, caso a penalidade aplicada ao prestador não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o CONIMS poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

17.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do prestador, o CONIMS poderá convocar os prestadores que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação e as particularidades do caso, em especial, o valor de mercado do item.

17.3. Cancelamento do preço registrado:

17.3.1. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo CONIMS em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

I - Por razão de interesse público;

II - A pedido do prestador, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

III - Se não houver êxito nas negociações, nos casos em que o preço se tornar superior aos praticados no mercado, conforme art. 16 e 17 da resolução CONIMS nº 173/2023

17.4. Caso a proponente vencedora da Dispensa se recusar a assinar a Ata ou houver cancelamento do registro de preços, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste edital, o CONIMS convocará os demais participantes conforme a ordem de classificação, observando.

17.4.1. O prestador que aceitar cotar os serviços com preços iguais ao do vencedor;

17.4.2. Os prestadores que mantiverem sua proposta original;

17.5. Por acordo entre as partes, precedida de autorização escrita e fundamentada do Presidente do CONIMS e reduzidas a termo no respectivo processo.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - SUBCONTRATAÇÃO.

18.1. ata de registro de preço não poderá ser objeto de cessão, transferência e/ou subcontratação no todo ou em parte, não podendo o prestador registrado se valer deste para vincular terceiros à presente registro, sob pena de imediato cancelamento e aplicação das penalidades previstas neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – AÇÕES JUDICIAIS

19.1. Qualquer ação judicial contra o Órgão Gerenciador oriundo do fornecimento pelo Prestador Registrado, ou mesmo que venha a Órgão Gerenciador compor a lide, será de exclusiva responsabilidade do Prestador Registrado, a qual arcará com todas as despesas de qualquer natureza que do ato resultar, ressarcindo o Órgão Gerenciador todo e qualquer valor que for obrigado a desembolsar em razão dessas ações judiciais, extrajudiciais ou reclamações administrativas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - FORO

20.1. Para resolver os conflitos e dirimir dúvidas oriundas do presente instrumento, as partes elegem o Foro da Comarca de Pato Branco/PR.

E por assim estarem justos e acordados, assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma e na presença de duas testemunhas, para que surtam seus efeitos legais.

Pato Branco/PR, 27 de abril de 2026.

ADRIANA F. R. DA S DESENGRINI
FORNECEDOR REGISTRADO

VILMAR SCHMOLLER
ÓRGÃO GERENCIADOR

Testemunhas:

DAYANE G. COUTINHO TAVARES
CPF: ***.650***-**

JEAN RICARDO DORSI
CPF: ***.042.***-**